



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação

Nossa Referência: FP-258/2017

Confederações, Federações e Associações

Data: 13/11/2017

Assunto: Sobre a Greve e Concentração de Professores a 15 de novembro

Caros e Caras Amigos/as,

No próximo dia 15, quarta-feira, professores e educadores estarão em greve, prevendo-se uma grande adesão, e irão concentrar-se junto à Assembleia da República, a partir das 11 horas, enquanto durar o debate sobre Educação, no âmbito do Orçamento do Estado para 2018.

É certo que os motivos do protesto dos docentes são vários, mantendo-se os que já em junho passado tivemos oportunidade de referir junto do movimento associativo de pais e encarregados de educação. Daí para cá, o governo e, em particular, o ministério da Educação continuou a recusar qualquer compromisso que apontasse para a realização de processos negociais, visando encontrar soluções para os problemas identificados.

Há uma questão que, neste momento, se coloca com destaque neste processo de luta: o governo pretende apagar mais de nove dos últimos 12 anos de serviço de professores e educadores, para efeitos de carreira. É inaceitável, desde logo, por traduzir uma enorme falta de respeito por parte significativa da vida profissional dos docentes, depois, por constituir uma discriminação dos professores e educadores em relação à esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Pública para quem todo o tempo poderá ser recuperado.

Recorde-se que os anos que o governo quer apagar da vida profissional dos docentes foram anos muito difíceis, em que as condições de trabalho nas escolas se agravaram, em que os professores foram impedidos de progredir na carreira, tiveram cortes salariais, viram a carreira dividida e aumentada na sua duração. Foram anos em que o corpo docente envelheceu muito, por se terem agravado os requisitos para a aposentação, e em que o desgaste se fez sentir de forma ainda mais acentuada, muito devido à enorme sobrecarga horária e de trabalho a que os docentes foram sujeitos.

Apesar de todos aqueles problemas, os docentes deram o seu melhor, enquanto profissionais, obtendo importantes resultados no trabalho com os seus alunos. Tais resultados têm, até, merecido elogios no plano internacional, como aconteceu após se conhecerem os grandes progressos verificados no âmbito do PISA ou, mais recentemente, quando se constatou que Portugal está em contraciclo com a maioria dos países da OCDE no que se refere à redução do número de alunos com maus resultados, sendo no nosso país que essa redução é mais significativa.

É neste quadro, de um trabalho muito positivo num tempo de grandes dificuldades, que se torna ainda mais injusta a pretensão do Governo de apagar, pura e simplesmente, 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho dos docentes para efeitos de carreira, no momento em que as carreiras profissionais da Administração Pública vão ser descongeladas.

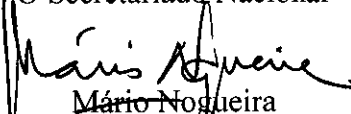
A FENPROF tem consciência do encargo que o reposicionamento imediato no escalão devido comportaria. Assim sendo, apesar de só nos últimos 7 anos de congelamento, os docentes terem perdido mais de oito mil milhões de euros, a FENPROF está disponível para, por via negocial, encontrar uma forma faseada de recuperar o tempo de serviço ser recuperado, exigindo, no entanto, que ele seja integralmente contado para a carreira. O que não se pode admitir é que tempo de serviço cumprido, avaliado positivamente e no qual os professores frequentaram, muitas vezes pagando do seu bolso, formação contínua, seja agora eliminado. Não nos conformaremos com isso por razões que, estamos em crer, merecerão a V/ compreensão.

Problema grave é que a negociação pretendida não tem lugar por falta de interlocutor. O Ministério das Finanças remeteu para o da Educação, mas este disse não ser matéria da sua competência. Confrontado com esta situação, o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro remeteu para o do Senhor Ministro da Educação, mas este continua sem assumir tal responsabilidade.

Pensamos que, por razões de justiça, este problema terá uma solução em breve, mas com a mesma confiança com que afirmamos isto, assumimos que, a não haver resposta positiva, prosseguiremos, determinados, com a luta: não abdicaremos de tempo de serviço que os professores, com o seu trabalho, garantiram o direito de lhes reconhecido para a carreira.

Estamos certos que, compreendendo o problema, se solidarizarão com os professores e estarão do seu lado, o que para nós terá uma enorme importância. É que não reivindicamos nenhuma regalia ou privilégio, nem sequer um novo direito, apenas exigimos que não se apague o desempenho profissional dos docentes e que o governo contabilize os anos de serviço que, efetivamente, cumpriram.

Com os nossos melhores cumprimentos

O Secretariado Nacional

Mário Nogueira
Secretário-Geral